

EDUCAÇÃO PÚBLICA INTELIGENTE: GOVERNANÇA DIGITAL E TOMADA DE DECISÃO BASEADA EM DADOS

Rômulo Bochimpani de Barros¹.

Instituto Federal Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, RJ.

<http://lattes.cnpq.br/1033090050469266>

RESUMO: A governança digital tem se tornado um eixo estratégico para a modernização da educação pública, promovendo a integração entre dados, tecnologias e políticas educacionais. Este capítulo analisa o papel dos gestores públicos na consolidação de uma cultura de decisão baseada em evidências, apoiada pelo uso ético e transparente do Big Data Educacional. A pesquisa, de natureza qualitativa e conceitual, revisa contribuições teóricas sobre governança digital, inteligência analítica e accountability pública, destacando o gestor educacional como intérprete ético dos dados — e não apenas consumidor de relatórios. Os resultados indicam que o uso estratégico da informação contribui para decisões mais equitativas, transparentes e orientadas ao valor público. Conclui-se que a educação pública inteligente não depende apenas da infraestrutura tecnológica, mas sobretudo de lideranças capazes de transformar dados em conhecimento e conhecimento em políticas educacionais sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Digital. Big Data Educacional. Tomada de Decisão.

SMART PUBLIC EDUCATION: DIGITAL GOVERNANCE AND DATA-DRIVEN DECISION MAKING

ABSTRACT: Digital governance has become a strategic axis for the modernization of public education, integrating data, technology, and educational policies. This chapter analyzes the role of public managers in consolidating a culture of evidence-based decision-making, supported by the ethical and transparent use of Educational Big Data. Through a qualitative and conceptual approach, it reviews theoretical contributions on digital governance, analytical intelligence, and public accountability, highlighting the educational manager as an ethical interpreter of data rather than a mere consumer of reports. The findings suggest that the strategic use of information enables more equitable, transparent, and value-oriented decision-making processes. It concludes that smart public education relies not only on technological infrastructure but mainly on leadership capable of transforming data into knowledge and knowledge into sustainable educational policy.

KEYWORDS: Digital Governance. Educational Big Data. Decision Making.

INTRODUÇÃO

A transição para uma educação pública inteligente representa uma das principais dimensões da transformação digital no setor público. O avanço das tecnologias de análise de dados e da inteligência artificial tem permitido aos gestores educacionais ampliar sua capacidade de interpretar realidades complexas e tomar decisões baseadas em evidências.

No entanto, a digitalização da gestão educacional não se resume à adoção de sistemas informáticos. Ela exige uma nova lógica de governança: a governança digital baseada em dados, pautada por princípios de transparência, interoperabilidade e ética.

Nesse contexto, o gestor educacional deixa de ser apenas um executor de políticas e passa a atuar como intérprete crítico dos dados institucionais, traduzindo números em diagnósticos e diagnósticos em ações de impacto social. A análise e o uso responsável de dados tornam-se instrumentos de equidade e eficiência, fundamentais para o aprimoramento da educação pública.

OBJETIVO

Analisar o papel da governança digital e da inteligência analítica na educação pública, destacando como o uso ético de dados educacionais pode fortalecer a tomada de decisão e a accountability na gestão educacional contemporânea.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa e teórico-conceitual, com natureza básica e objetivos exploratórios e descritivos. Fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo autores contemporâneos que discutem governança digital (Meireles; Dantas, 2020), uso ético de dados (Santos, 2022) e inteligência educacional (Silva, 2021).

Também são considerados documentos oficiais como o Decreto nº 10.332/2020, que institui a Estratégia de Governo Digital, e relatórios da ENAP sobre gestão pública orientada por evidências.

A análise parte da integração conceitual dessas fontes, buscando propor uma reflexão sobre o papel do gestor educacional na mediação entre dados, tecnologia e valores públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A Governança Digital como novo paradigma da gestão educacional

A governança digital consiste na capacidade institucional de coordenar pessoas, processos e tecnologias em torno do uso estratégico da informação.

No contexto da educação pública, ela se manifesta na criação de sistemas integrados de informação, na interoperabilidade entre bases de dados e na formulação de políticas sustentadas por indicadores confiáveis.

Meireles e Dantas (2020) apontam que a digitalização da administração pública brasileira depende tanto da infraestrutura tecnológica quanto da maturidade institucional

para gerir informações com transparência e propósito público.

A governança digital, portanto, não é apenas uma dimensão técnica, mas um processo político e ético de mediação de interesses, que busca equilibrar inovação tecnológica e responsabilidade social.

2. Big Data Educacional e inteligência analítica

O Big Data Educacional refere-se ao volume massivo de dados produzidos por sistemas de matrícula, avaliações, evasão, desempenho docente e indicadores socioeconômicos.

O desafio não está em coletar dados, mas em extrair sentido e valor deles. A inteligência analítica, nesse contexto, transforma a informação bruta em evidências úteis para a formulação de políticas.

Ferramentas de aprendizado de máquina e painéis analíticos têm sido empregadas para prever riscos de evasão escolar, alocar recursos e monitorar a efetividade de programas educacionais.

Contudo, como destaca Santos (2022), o uso da IA e da análise preditiva requer atenção à ética algorítmica — evitando que padrões estatísticos reforcem desigualdades históricas.

Assim, o gestor educacional precisa dominar tanto a literacia de dados quanto a literacia ética, sendo capaz de questionar modelos e interpretar resultados sob uma ótica humanista e inclusiva.

3. Transparência, ética e accountability

A governança digital educacional também se apoia nos princípios de transparência ativa e accountability pública.

A publicação de dados abertos, a rastreabilidade das decisões e a clareza dos critérios de análise são elementos que fortalecem a confiança social nas instituições públicas. Silva (2021) ressalta que a transparência só é efetiva quando acompanhada de compreensão: publicar planilhas sem contexto não gera accountability. É papel do gestor traduzi-las em conhecimento acessível para a comunidade escolar e a sociedade.

A ética na gestão de dados exige, portanto, uma cultura de corresponsabilidade. O dado educacional não pertence apenas à burocracia estatal, mas ao coletivo social que ele representa.

4. O gestor como intérprete ético dos dados

A leitura dos resultados bibliográficos e documentais aponta para uma mudança de paradigma no papel do gestor educacional. Ele deixa de ser um mero receptor de relatórios e passa a ser um intérprete ético dos dados, capaz de contextualizar, questionar e transformar informações em decisões que gerem valor público.

Essa competência interpretativa demanda formação continuada,

domínio técnico e sensibilidade ética. O gestor precisa compreender os limites e potencialidades dos algoritmos, reconhecendo que nenhum dado é neutro e que a leitura técnica deve sempre ser acompanhada de análise social. Ao adotar essa postura reflexiva, o gestor torna-se protagonista na criação de uma educação pública inteligente, que combina eficiência digital e responsabilidade cidadã.

Figura 1: Ciclo da Governança de Dados Educacionais (coleta → análise → decisão → retroalimentação).



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em Meireles e Dantas (2020); Silva (2021); Santos (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança digital e o uso ético de dados representam o próximo estágio da modernização da gestão educacional pública. A transformação digital não se completa apenas com infraestrutura, mas com uma cultura institucional que compreende a informação como bem público e a decisão como ato de responsabilidade coletiva.

O gestor educacional deve ser preparado para interpretar dados de forma crítica, ética e estratégica, articulando tecnologia e valores humanos.

A educação pública inteligente, sustentada por uma governança digital sólida, é aquela que transforma dados em conhecimento e conhecimento em justiça social — promovendo transparência, eficiência e equidade na era da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 10.332**, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

MEIRELES, J. F.; DANTAS, L. G. **Transformação Digital na Administração Pública: o papel do servidor e a gestão de competências**. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 19, n. 1, p. 55–78, 2020.

SANTOS, P. R. **Cultura Organizacional e o Fator Humano na Implementação da**

Inteligência Artificial em Serviços Públicos. Brasília: ENAP, 2022.

SILVA, M. L. **Gestão de Pessoas no Serviço Público: Desafios da Capacitação Digital.**

Curitiba: Juruá, 2021.